

05 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA
**MP arquiva
investigação na
Voldemort
contra secretária**

Medida ocorre no mesmo dia que o
Tribunal de Justiça do Paraná concedeu liminar
à defesa do empresário Luiz Abi Antoun
para suspender o processo



Subprocuradoria do MP entendeu que não há "elementos suficientes" para investigar a secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Nogara

“

*A secretária, em momento algum,
foi investigada em Londrina,
como sustentou a defesa”*

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Loriane Comeli

Reportagem Local

Na mesma data em que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná concedeu liminar à defesa do empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), para suspender a investigação sobre fraude em licitação para a contratação de sua oficina para dar manutenção à frota oficial do Estado, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, órgão do Ministério Público (MP) do Paraná, determinou o arquivamento do pedido de providências para investigar a secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Botto Portugal Nogara, por suposto envolvimento no mesmo caso.

A deliberação pelo arquivamento, datada de segunda-feira e publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (Dioe), é da subprocuradora Samia Saad Gallotti Bonavides. Ela entendeu que “não tem elementos suficientes para prosseguir com a investigação”, informou a assessoria de imprensa.

Também na segunda-feira, o Órgão Especial do TJ atendeu pedido da defesa de Antoun e suspendeu o processo oriundo da Operação Voldemort, que tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina. Os argumentos que motivaram a liminar foram o fato de Dinorah ser suspeita de participação na fraude que contratou a Providence, oficina de Cambé que, de fato, pertenceria a Antoun, mas estaria em nome de um

“laranja”. Como ela tem foro no TJ, por ser secretária de Estado, a defesa alegou que todo o processo deveria tramitar na corte estadual.

“Agora, com a decisão da Subprocuradoria de arquivar a investigação envolvendo a secretária, acredito que o Órgão Especial não manterá a liminar que suspendeu a investigação”, opinou o procurador Leonir Batisti, coordenador estadual do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Antes mesmo de ter conhecimento do arquivamento, Batisti informou que o MP se manifestaria contrariamente à decisão do Órgão Especial, que ainda deve apreciar o mérito da reclamação ajuizada pela defesa de Antoun.

Ele lembrou que o Gaeco de Londrina, ao investigar a fraude na contratação da oficial, não mirava a secretária. “O nome dela apareceu incidentalmente e, por isso, é dever do MP comunicar a autoridade competente para investigar autoridades com foro por prerrogativa de função. Isto foi feito”, afirmou. “A secretária, em momento algum, foi investigada em Londrina, como sustentou a defesa”. O procurador também sustenta que as medidas de busca e apreensão deferidas pela 3ª Vara Criminal de Londrina também não envolviam Dinorah, mas, apenas funcionários da Secretaria.

O advogado Roberto Brzezinski Neto, que assina a reclamação criminal em favor de Antoun, não deu retorno à solicitação de entrevista.

05 AGO 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mais uma polêmica na pauta do STF

Tema que divide opiniões, descriminalização do porte de drogas será julgado pela Suprema Corte na volta do recesso

Para alguns juristas, usuário de drogas não oferece prejuízos a terceiros

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – Após um período de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem os trabalhos em Brasília. Entre vários itens polêmicos na pauta, previstos para serem julgados neste segundo semestre, está a descriminalização do porte de drogas para uso próprio. O tema será julgado por meio de um recurso de um detento que foi condenado a dois meses de prestação de serviços à comunidade, por porte de maconha, encontrada em sua cela. Ele havia sido flagrado com três gramas de maconha.

O tema complexo divide opiniões. A Defensoria Pública de São Paulo alega que o porte de drogas, tipificado no artigo 28 da Lei de Drogas, de 2006, não pode ser configurado crime, por não gerar conduta lesiva a terceiros. Enquanto grande parte da população e setores mais conservadores da sociedade temem possíveis consequências negativas da lei, especialistas criminólogos defendem a descriminalização, sobretudo da maconha.

Ex-ministros da Justiça dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e

Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) enviaram um ofício ao ministro Gilmar Mendes, em 2013, defendendo a descriminalização do porte de droga para uso próprio. Assinaram o documento Márcio Thomaz Bastos, Nelson Jobim, José Carlos Dias, José Gregori, Aloysio Nunes, Miguel Reale Junior e Tarso Genro.

Os ex-ministros argumentaram que “cada cidadão tem liberdade para construir seu próprio modo de vida desde que respeite o mesmo espaço dos demais” e que “não é legítima a criminalização de comportamentos praticados dentro da esfera íntima do indivíduo que não prejudique terceiros”.

Eles classificaram a guerra às drogas “um fracasso” e apontaram que “tratar o usuário como cidadão, oferecendo-lhe estrutura de tratamento, por meio de políticas de redução de danos, é mais adequado do que estigmatizá-lo como criminoso”. Citaram ainda como experiências bem-sucedidas exemplos de países como Portugal, Espanha, Colômbia, Argentina, Itália e Alemanha.

DISCURSO VAZIO

A professora de Direito Penal da Universidade Federal

do Paraná (UFPR) Priscilla Placha Sá compara a maconha a psicotrópicos à venda nas farmácias. “Precisamos de alternativas que não seja tratar o usuário de drogas como criminoso, uma vez que ele não oferece prejuízo a bem jurídico de terceiros. A descriminalização não significa sua desregulamentação. Hoje temos centenas de drogas regulamentadas até mais nocivas que a maconha, por exemplo, nas farmácias”, avalia.

“Muitas vezes, pessoas são presas com quantidades ínfimas de drogas e são mandadas para a prisão, contribuindo para o caos carcerário no País e colocando o usuário em contato com verdadeiros criminosos”, argumenta. Priscilla vai além e critica a repressão à venda de drogas. “O maior interessado na manutenção deste modelo de repressão é o traficante”.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo ela, o discurso de manter a criminalização das drogas é vazio. "Esse discurso, o mesmo que fomenta candidaturas políticas, é muito comum entre aqueles com argumentos rasos. O que vemos são propagandas que programas que funcionam por curto prazo, mas que não dão resultados. Basta ver a falta de vagas que há nos centros de reabilitação. Não é só reprimir".

05 AGO 2015

REDUÇÃO DE DANOS

Durante o 9º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado na semana passada no Rio de Janeiro, o tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, William Thomaz, defendeu a necessidade da definição de como tratar juridicamente o usuário de drogas. O oficial coordenou a implantação de uma base comunitária no centro da capital paulista, na região conhecida como Cracolândia.

Thomaz explicou que o modelo adotado naquela região é uma das vias da política de redução de danos, implantada com sucesso também em países como a Holanda e Portugal, e que se baseia na inversão da lógica repressiva aos usuários adotada por países como Estados Unidos. "A ideia é a polícia dar 100% de apoio aos programas de ação social e de saúde. A polícia sai como a repressora ou como a primeira ideia da política pública e entra como apoio e no combate ao tráfico de drogas muito mais forte". (Com Agência Brasil).

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI

É preciso reagir

05 AGO 2015

Apesar das adversidades,
a Justiça de SP procura
cumprir seu papel de
tornar a vida mais fácil

A respeito da polí-
crise da Repúbli-
ca brasileira mui-
to se tem escrito,
lido e comenta-
do. Um dos raros
consensos nacionais é o de que
a situação atingiu gravidade sin-
gularíssima. Sem precedentes
no passado recente. O panorama
é sombrio e a ausência de
perspectivas contamina a Na-
ção, perplexa diante dos des-
mandos e da falta de horizonte.
Esta página trouxe inúmeras
leituras, nenhuma delas sufi-
ciente a arredar os temores ge-
neralizados e consistentes. O
que está reservado ao brasilei-
ro no futuro próximo?

Os reflexos da tibieza na eco-
nomia, da queda de arrecada-
ção, do desemprego e da estag-
nação a evidenciar violenta re-
cessão ainda não chegaram ao
Judiciário. Mas chegarão. Tal-
vez não já, mas prevê-se a inten-
sificação das demandas gera-
das por fratura das relações fa-
miliares, com a nefasta sequela
decorrente do desfazimento
de lares. O desemprego produz
separações, entrega ao vício do
álcool, consumo de substân-
cias psicoativas, desentendi-
mentos e outras misérias do
convívio humano.

A inadimplência representa
compromissos rompidos e a
tentativa de seu cumprimento
por ordem judicial. Ações de co-
brança, falências, despejos,
reintegrações, tudo pode se in-
tensificar após um período rela-
tivamente prolongado de eco-
nomia anêmica.

O Tribunal de Justiça do Esta-
do de São Paulo (TJ-SP) é o
maior da Federação e do plane-
ta. Responsável por um quarto
de todos os processos em curso
por esta República, seguramen-
te sentirá os efeitos retardados
do desastre nacional.

Como reagir ao vendaval?

O mais audacioso projeto im-
plementado em 2015 foi a Digi-
talização 100%. Até o fim deste
ano, todas as unidades judiciá-
rias paulistas estarão prontas a
receber peticionamento ele-
trônico e a adotar o processo
sem papel. Mudança drástica,
porque uma comunidade for-
mada sob a cultura analógica te-
ve de se adaptar à concepção
virtual, e isso representa muta-
ção traumática.

Mais de 40 mil funcionários
são capacitados para assumir
os desafios da Justiça informati-
zada. Assim que treinados, qua-
se todos percebem as vanta-
gens dessa tramitação, que evi-
tará deslocamentos físicos de
volumes densos, recheados de
documentos que não farão falta
à solução dos problemas pos-
tos à apreciação de um juiz.

Talvez se consiga, como sub-
produto considerável, a desejá-
vel concisão das peças dos pro-
cessos, hoje avolumadas pela
facilidade com que se copiam
doutrina, legislação e jurispru-
dência, tornando cada vez
mais sofisticados e complexos
os pleitos que poderiam ser so-
lucionados de maneira mais ob-
jetiva, fossem sintetizados
com sensatez.

O Cartório do Futuro já é
uma experiência exitosa, pois

elimina o patrimonialismo ain-
da reinante em grande parte do
universo judicial, com a reser-
va de funcionários para atuar
com um só chefe e para um só
magistrado. A estratégia adota-
da no Fórum João Mendes evi-
dencia as vantagens de uma ver-
dadeira oficina de trabalho, em
que se padronizam praxes e se
organiza uma produção racio-
nal sob a orientação de um só
juiz corregedor. Por rodízio, to-
dos os demais nove juízes tam-
bém exercerão tais atribuições.
Mas, enquanto delas estiverem
dispensados, poderão se dedi-
car intensamente à decisão, o
que multiplica a produtividade
da unidade.

O teletrabalho, antes chama-
do *home office*, também se mos-
trou viável. Tem-se de pensar
que São Paulo é uma insensa-
te de 22 milhões de almas que
se locomovem horas para che-
gar ao local de trabalho e de-
vem fazer o caminho de volta
ao fim da jornada. Permitir que
o funcionário atue em sua casa
— ou em qualquer outro lugar —,
sem a necessidade de se dirigir
ao posto funcional, desnecessá-
ria a ritualização de roupas ade-
quadas, com evidente econo-
mia de tempo, mostrou-se mui-
to satisfatório. Quem almejou
uma produtividade de 30% se
surpreendeu com o índice de
66% e até mais. Prova de que a
confiança e a responsabilidade
ainda constituem molas propul-
soras do convívio no am-
biente de trabalho e de que
nem sempre aquilo que se fazia
como algo imutável é imune a
modificações ousadas.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

05 AGO 2015

O funcionalismo, o maior patrimônio do equipamento estatal chamado Justiça, foi chamado a colaborar e respondeu. Deu o seu voto de confiança a uma gestão que não mentiu, não prometeu benefícios inviáveis numa fase de contenção, mas procurou provê-lo de esperança e ofereceu um clima saudável de resgate da autoestima. Foi criada a Escola Judicial do Servidor, velha reivindicação, que já está a funcionar. Solucionou-se o problema dos agentes a prestar serviços como escreventes, evitando as inúmeras ações por desvio de função. Flexibilizou-se a implementação de benefícios já aprovados em legislação que precisa ser cumprida.

Incentivou-se a disseminação de boas práticas, implementou-se o Projeto Arte e Cultura no TJ, realizaram-se inúmeros concursos e a presidência esteve disponível a qualquer tempo para um diálogo frutífero e imprescindível.

Sem prejuízo, estimulou-se a participação da sociedade na discussão do projeto de Justiça para o futuro, formado o Conselho Consultivo Interinstitucional, e prosseguiu-se na divulgação e conscientização de que negociar, conciliar, mediar e qualquer outra fórmula viável de composição consensual de controvérsias é melhor do que se submeter à álea de um sistema de Justiça complexo, sofisticado, de quatro instâncias e mais de 50 recursos.

O que falar, então, da audiência de custódia, que funciona graças ao esforço de muita gente, inclusive do setor extrajudicial, que nada tem que ver com a tutela da liberdade e colabora, espontaneamente, para uma iniciativa que deu certo?

A Justiça de São Paulo, a despeito das adversidades, procura cumprir o seu papel de tornar a vida mais fácil, de desatar nós e de solucionar controvérsias. E aguarda melhores dias para intensificar a implementação de novas ousadias, pois parar e não inovar é o mesmo que perecer.

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro do STF vê 'mesma' raiz em casos de corrupção

Gilmar Mendes compara mensalão ao esquema na Petrobrás: 'É uma forma de governar, um modelo de governança'

BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), comparou o esquema de corrupção na Petrobrás com o mensalão e disse que existe uma mesma "raiz" para os dois escândalos, que mostra a corrupção como um modelo de governo. "Me parece que há uma mesma raiz tanto para o fenômeno do mensalão quanto esse do petrolão, e agora eletrolão, e quantos 'ãos' venham ainda. É uma forma de governar, um modelo de governança", criticou.

De acordo com ele, o desvio apurado no processo do mensalão, de R\$ 170 milhões, "não dá nem um Barusco" – usando como referência a quantia de aproximadamente US\$ 100 milhões devolvida pelo ex-gerente da Petrobrás, Pedro Barusco, no curso das investigações da Operação Lava Jato.

Mendes participou do julgamento do mensalão no Supremo, que condenou o ex-ministro José Dirceu, preso novamen-

te ontem na Lava Jato, por corrupção ativa no esquema.

'Evolução'. Já em Fortaleza, o então relator do processo do mensalão no Supremo, ministro Joaquim Barbosa, afirmou que o Brasil está em processo de "evolução" ao ser questionado sobre os desdobramentos da Lava Jato em abertura de convenção anual do setor atacadista, na capital cearense. "Há 30, 40 anos, esses crimes sequer viriam à tona. E digo mais, há 30, 40 anos, o Estado brasileiro não estava sequer aparelhado para combater esses crimes de corrupção", declarou.

Barbosa se mostrou otimista e afirmou que "estamos vivendo a primavera da esperança". "Esses crimes que agora nos chocam, já foram rotina de países como os Estados Unidos no final do século 19 e início do 20", comparou. "O Poder Judiciário brasileiro goza de prerrogativas e independência, que inexistem na maioria das democracias (...). O juiz brasileiro goza de uma independência que juiz nenhum no mundo tem."

Ele alegou que estava aposentado e que, por isso, não iria comentar a nova prisão do ex-ministro José Dirceu. **BEATRIZ BULLA e CARMEN POMPEU, ESPECIAL PARA O ESTADO**

Reajuste do Judiciário deve ficar em 40%

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

As negociações entre Supremo Tribunal Federal e o Ministério do Planejamento devem chegar ao patamar de 40% em nova proposta de reposição salarial do Judiciário. O aumento aprovado pelo Senado, no dia 30 de junho, variava de 56,4% a 78,6%.

Pela proposta em debate, o valor intermediário deverá ser parcelado em quatro anos – e não em três, conforme pleito inicial da categoria – e começará a ser pago a partir do ano que vem.

Após ser aprovado pelo Senado, o projeto de reajuste foi vetado na íntegra pela presidente Dilma Rousseff, com argumento de que a medida geraria impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões para os próximos quatro anos e, depois desse período, passaria dos R\$ 10 bilhões.

Ontem, o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), sinalizou ser contra a derrubada do veto presidencial. Como presidente do Congresso, Renan é o responsável por convocar a sessão das duas Casas legislativas que aprecia o veto. O STF tem pressa em finalizar as discussões para anunciar o reajuste aos servidores e conter os movimentos grevistas. O Judiciário emprega 117,5 mil servidores no Brasil todo, com impacto, atualmente, de R\$ 24 bilhões por ano no Orçamento.

SÔNIA RACY
Limonada

Quiosques e barracas podem, ou não, ocupar espaços públicos nas praias? O assunto virou disputa em Búzios e foi parar no STJ – que deve julgá-lo nesta volta do recesso.

Em questão, o caso de um barraqueiro que a Justiça obrigou a desmontar seu negócio. Ele recorreu, um ministro lhe deu razão e a decisão fica para o plenário.

05 AGO 2015

BEMPARANÁ

Uso de tornozeleira ganha regulamentação

O governador Beto Richa, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e a subprocuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sâmia Saad Benevides, assinaram ontem um termo de cooperação técnica que regulamenta o uso de tornozeleiras eletrônicas em presos provisórios e condenados. As tornozeleiras já são utilizadas desde o ano passado e agora foram formalizados os critérios utilizados pela justiça para conceder o equipamento de monitoramento.

“O Paraná adquiriu, no ano passado, 5 mil tornozeleiras para o monitoramento de presos, que ajudam a diminuir a superlotação do sistema carcerário e permitem

que pessoas que cometeram crimes mais leves possam cumprir suas penas fora das unidades prisionais”, disse o governador Beto Richa. Richa afirmou que o uso da tornozeleira contribui para a redução da superlotação nos presídios paranaenses.

Implantado em 2014, o sistema de monitoramento eletrônico permite a reinserção social de detentos que não cometeram crimes violentos e, também, economia para os cofres públicos. O custo de um preso no sistema administrado pelo Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen) está em torno de R\$ 2 mil por mês. Com as tornozeleiras, o custo mensal de cada preso monitorado é de R\$ 241,00.

05 AGO 2015

BEMPARANÁ

Voldemort

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) concedeu liminar suspendendo a ação penal da Operação Voldemort – que investiga um suposto esquema de fraude e superfaturamento em licitação para a contratação de empresas que fazem a manutenção da frota de veículos do Estado. O TJ acatou argumentos dos advogados de defesa do empresário Luiz Abi Antoun segundo o qual a 3ª Vara Criminal de Londrina (região Norte), não tem competência para julgar o caso porque ele envolve a secretária de Estado da Administração, Dinorah Nogara, que tem foro privilegiado.

Recurso

O Ministério Público acusa Abi de comandar o esquema que teria fraudado licitação para a obtenção de contrato de manutenção de veículos oficiais no valor de R\$ 1,5 milhão. O MP nega que a secretária seja alvo da investigação, alegando que ela apenas foi citada dentro processo, e o juiz Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal de Londrina, não tomou nenhuma medida que atingisse Nogara. O MP afirma que vai recorrer da decisão. Segundo a denúncia do Gaeco, o grupo é acusado de formação de organização criminosa, falsidade ideológica e fraude à licitação. Luiz Abi chegou a ser preso, mas obteve decisão favorável da Justiça para responder o processo em liberdade.

05 AGO 2015

BEMPARANÁ

Novo CPC

Acontece no dia 07/08 (sexta-feira) a aula magna "O Novo CPC e a Constituição", que marca a abertura do período letivo do segundo semestre da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Falarão sobre o tema o professor Néelson Nery Junior e o advogado James Marins de Souza. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo telefone (41) 3024-1167.

DPVAT

Espólio não pode mover ação para cobrar o seguro DPVAT, pois a indenização do seguro obrigatório não é herança. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Conselhos

Conselhos profissionais têm natureza autárquica e, por isso, os seus funcionários seguem o regime estatutário, e não o da CLT. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

Acordo

É válido o acordo coletivo que troca redução de hora noturna por acréscimo salarial. O entendimento é da 2ª Turma do TRT da 3ª Região.

Idade

A idade avançada do proprietário, por si só, não é motivo questionar a doação de imóvel feita por escritura pública. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

ICMS

Sonegação de ICMS deve ser investigada no local onde mora contribuinte e não no estado que deixou de receber o imposto. O entendimento é do ministro Dias Toffoli, do STF.

Energia

Empresa de energia elétrica não pode atribuir fraude ao consumidor sem perícia técnica e sem dar oportunidade de defesa ao consumidor. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

Associação

Decisão judicial proferida em ação coletiva movida por associação beneficia apenas os filiados da entidade e não pode ser estendida automaticamente aos demais interessados. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

05 AGO 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Uso de tornozeleira eletrônica é regulamentado no PR



Presos provisórios ou que cumprem pena em regime semiaberto no Estado agora terão formalizado o uso de tornozeleiras eletrônicas. O governador Beto Richa, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e a subprocuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sâmia Saad Benevides, assinaram ontem um termo de cooperação técnica que regulamenta o uso.

Implantado em 2014, o sistema de monitoramento eletrônico permite a reinserção social de detentos que não cometeram crimes

violentos e, também, economia para os cofres públicos. O custo de um preso no sistema administrado pelo Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen) está em torno de R\$ 2 mil por mês. Com as tornozeleiras, o custo mensal de cada preso monitorado é de R\$ 241,00. ●

Implantado em 2014, o sistema de monitoramento eletrônico permite a reinserção social de detentos que não cometeram crimes violentos

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO VOLDEMORT

Investigação de secretária de Richa é arquivada

LONDRINA

Fábio Silveira e

Tatiane Salvatico, do JL

Além da suspensão da ação penal decorrente da Operação Voldemort, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina sofreu outro revés na segunda-feira (2). A subprocuradora-geral de Justiça, Samia Bonavides, decidiu arquivar o procedimento investigatório contra a secretária estadual de Administração e Previdência, Dinorah Nogara, por falta de “elementos que justificassem a investigação”.

A Voldemort investigou a denúncia de fraude numa licitação para a contratação

emergencial de oficina para fazer a manutenção da frota de carros do governo na região de Londrina. A licitação era de responsabilidade da pasta de Administração. Segundo o Gaeco, a oficina vencedora, a Providence, foi favorecida. A Providence teria como sócio oculto Luiz Abi, primo distante do governador Beto Richa.

A ação penal foi suspensa pelo órgão especial do Tribunal de Justiça por entender que Dinorah havia sido investigada indevidamente pelo Gaeco. Como ela tem direito a foro privilegiado, a operação não poderia ter sido conduzida pelo Gaeco (mas sim pela Procuradoria-Geral). O Gaeco disse que recorrerá. A tendência é usar o arquivamento da investigação para embasar o recurso. “[O arquivamento] fragiliza o argumento de que ela foi investigada em 1.º grau. Não importa se não conseguiram evidências [no 2.º grau], mas ela não foi investigada”, diz Leonir Batisti, coordenador do Gaeco.

NOTA POLÍTICA

Lamentou

O líder da oposição na Assembleia Legislativa, Tadeu Veneri (PT), lamentou a concessão de liminar pelo Tribunal de Justiça para suspender as investigações da Operação Voldemort.

“Quando as investigações chegam perto do Palácio Iguazu, repete-se o enredo que já conhecemos: as providências são tomadas e tudo é suspenso”, disse.

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

» SERVIÇO PÚBLICO

Após fraude na Seed, atrasos em presídio

Investigada por fraudes em obras de 10 escolas no Paraná, construtora também atrasou a reforma em penitenciária

Catarina Scortecchi

Investigada pela Polícia Civil do Paraná por suspeita de desvio de dinheiro em dez obras em escolas estaduais, a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais também não entregou a reforma da Penitenciária Feminina de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, conforme contrato com a Paraná Edificações, autarquia ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (Seil).

A empresa venceu a concorrência pública para ampliar a penitenciária no fim de 2013 ao custo de R\$ 7,4 milhões. A assinatura do contrato com o governo ocorreu em março do ano seguinte. A partir daí, a empresa tinha um ano para executar a obra. Desde então, o serviço não foi realizado e, agora, a Seil tenta rescindir o contrato.

Apesar disso, no Portal da Transparência do governo do Paraná constam 13 pagamentos à empresa, em novembro de 2014. As faturas somam mais de R\$ 40 mil. À reportagem, a Seil informou que os repasses se referem a serviços preliminares, como limpeza do terreno, construção de barracão e ta-

pume, por exemplo. Pelo fato de a obra não ter sido erguida, nenhum outro pagamento foi feito à empresa, diz a secretaria.

Ainda segundo a Seil, os primeiros atrasos no início da obra não partiram da empresa. Uma primeira adequação ao projeto da reforma foi feita em junho de 2014, por solicitação da Secretaria da Justiça, então responsável pela administração do sistema prisional, hoje a cargo da Secretaria da Segurança Pública. Em seguida, o governo anunciou problemas de caixa. Em janeiro deste ano, foi feita uma nova adequação no cronograma do contrato, mas a empresa deu início aos trabalhos. Por isso, em abril, houve a suspensão do prazo de execução da obra, procedimento que, segundo a Seil, deve resultar na futura rescisão do contrato.

O governo prevê uma nova concorrência pública para a obra em janeiro do ano que vem, mais de dois anos depois da licitação vencida pela Valor Construtora.

O advogado Claudio Dalle-done Junior, que defende o empresário Eduardo Lopes de Souza, representante legal da Valor Construtora, disse à reportagem na terça-feira (4) que não tem informações sobre os contratos da empresa com a Paraná Edificações.

O caso das escolas

As irregularidades nas medições das obras nas escolas, gerando pagamentos indevidos à

Valor Construtora, se tornaram públicas em junho, quando a Seed informou à imprensa que havia uma auditoria em curso na pasta desde maio. O caso foi enviado à Polícia Civil, que, no último dia 21, deflagrou a Operação Quadro Negro. Cumpriu nove mandados de busca e apreensão e cinco prisões temporárias. O ex-diretor da Seed Maurício Fanini e o representante legal da Valor Construtora Eduardo Lopes de Souza chegaram a ficar presos por dez dias.

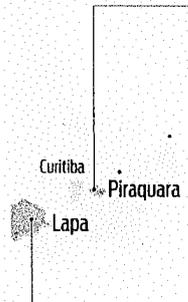
CONTINUA

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

OBRAS CONTINUAÇÃO

Confira os dois contratos firmados entre a autarquia Paraná Edificações, ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística, e a Valor Construtora e Serviços Ambientais:



AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAQUARA	
Valor do contrato	R\$ 7.439.322,31
Assinado em	26/03/2014
Prazo de execução	360 dias (12 meses)
Status	Serviço não executado

REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DO MONGE NA LAPA	
Valor do contrato	R\$ 1.383.742,38
Assinado em	18/12/2013
Prazo de execução	150 dias (5 meses)
Primeiro aditivo	30/05/2014
Prorrogação da execução	07/10/2014
Segundo aditivo	31/03/2015
Prorrogação da execução	30/04/2015
Terceiro aditivo	02/06/2015
Prorrogação da execução	02/07/2015
Status	Serviço executado

Fonte: Portal da Transparência do Governo do Paraná e Secretaria de Infraestrutura e Logística. Infografia: Gazeta do Povo.

PARQUE DO MONGE

Outro contrato entre a Paraná Edificações e a Valor Construtora é o de revitalização do Parque do Monge, na Lapa (RMC). A entrega da obra foi prorrogada três vezes. No final de 2013, a Valor Construtora assumiu o serviço, entregue apenas no mês passado, após três aditivos ao contrato de prorrogação do prazo de execução.

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

Com a prisão de Dirceu, Cunha escapa do foco da Lava Jato e recupera prestígio

Apesar de também ser investigado, presidente da Câmara recebe apoio de líderes para seguir no cargo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

■ A mesma Operação Lava Jato que minou a ascensão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), devolveu indiretamente mais poder ao peemedebista no recomeço do segundo semestre legislativo. A prisão de José Dirceu (PT), acusado de ser o mentor do esquema de corrupção na Petrobras, tirou o foco de Cunha, suspeito de ter recebido US\$ 5 milhões em propina desviado da estatal.

O primeiro teste de prestígio de Cunha ocorreu nesta terça-feira (4), na reunião de lideranças partidárias para definir a pauta de votações no reinício dos trabalhos, após o recesso. O líder do PSol, Chico Alencar (RJ), sugeriu o afastamento de Cunha da presidência da Casa até o desfecho das investigações e foi rechaçado pelos colegas. "Governo e oposição demonstraram uma notável união a favor da permanência dele", lamentou Alencar.

O líder do PMDB, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), assumiu a linha de frente da defesa de Cunha e chegou a declarar na reunião que pode ser considerado um "privilégio" ser investigado. Vários outros deputados questionaram o uso de delações premiadas nas investigações. Uma semelhança entre José Dirceu e o presidente da Câmara é que ambos foram citados pelo mesmo delator, Julio Camargo, ex-consultor da empresa Toyo Setal.

"Ficou claro nas discussões que o Eduardo está com muita força", afirmou o líder do PPS, Rubens Bueno (PR). Um dos acordos costurados é a votação, na semana que vem, de quatro projetos de decretos legislativos referentes a conta anuais de ex-presidentes da República — Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (2002) e Lula (2006 e 2008). Com isso, Cunha cumpre a promessa de limpar a pauta para votar as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, que correm o risco de serem rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União.

A rejeição das contas pode abrir caminho para um possível processo de impeachment contra Dilma. Outra manobra para fustigar o PT foi a distribuição dos cargos de direção de duas CPIs, para investigar

operações do BNDES e fundos de pensão de empresas públicas, que vão começar a funcionar nas próximas semanas. Em jantar na segunda-feira à noite, Cunha combinou com aliados uma fórmula para afastar os petistas dos principais cargos das duas CPIs.

Cotado para ser relator da comissão sobre fundos de pensão, o paranaense Sérgio Souza (PMDB) afirmou ter percebido uma mudança de postura no presidente da Câmara. "Eduardo está mais comedido e calculando suas ações com mais lógica", declarou. "Não tem isso de pauta-bomba, acho que a estratégia é outra."

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), chegou a brincar com os jornalistas que perguntaram sobre a inclusão na pauta de projetos que aumentam os gastos do governo e prejudicam o ajuste fiscal. "Nossa pauta de hoje [ontem] é tranquilíssima, vocês vão voltar para casa cedo", afirmou. Guimarães disse que se reuniu com Cunha e que a relação com o presidente da Câmara está "amena".

CONTINUA

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Outro deputado paranaense próximo a Cunha, João Arruda (PMDB-PR) previu que o colega, ao contrário do que se imagina, vai partir para a construção de um canal de diálogo com o Planalto – no último dia do primeiro semestre legislativo, ele anunciou um “rompimento” com o governo. “Quando a situação está difícil para todo mundo, não é momento de inventar muita coisa. Nem por isso ele vai deixar de tentar dar as cartas dessa relação.”



05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Profético

A propósito da prisão do ex-ministro José Dirceu pela operação Lava Jato, vale lembrar uma afirmação do presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glomb, no discurso de saudação ao juiz Sergio Moro, antes da palestra que ele deu a convite da instituição. "Ao mesmo tempo em que sua intransigência profissional incomoda os poderosos, a celeridade de suas decisões demonstra que a Justiça pode ser rápida, quando há interesse em acelerar a prestação jurisdicional".

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

MPF indica hoje lista para novo chefe da PGR

| Katna Baran, com agências

Em meio ao avanço da Operação Lava Jato, os procuradores da República definem, nesta quarta-feira (5), a lista tríplice de postulantes ao cargo de procurador-geral da República, que será responsável por denunciar ou não parlamentares envolvidos no escândalo de corrupção na Petrobras. O clima da eleição, que conta com quatro nomes, é envolto em boatos de rejeição do nome do atual procurador, Rodrigo Janot, candidato à reeleição, pelo Senado — caso ele seja o indicado. Especula-se ainda de uma possível “fuga” do Executivo em indicar um nome da lista dos mais bem votados, como prevê a lei, para evitar atritos com o Congresso. Lideranças do Parlamento culpam Janot por incluí-los na lista de investigados pela Lava Jato.

Segundo interlocutores da presidente Dilma Rousseff (PT), caso o nome de Janot — que tende a encabeçar a lista — seja rejeitado pelos parlamentares, a petista partiria para um “plano B”. A ideia é abrir espaço para a indicação de um procurador de fora do pleito promovido pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Entre os possíveis postulantes estariam a vice-procuradora-geral da República Ela Wiecko e o vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão.

Caso a especulação se concretize, seria um feito inédito de governos petistas, já que, desde 2003, segundo ano de formação da lista tríplice, ela tem sido religiosamente acatada pelo chefe do Executivo. O presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, descarta, porém, essa hipótese. “Viessa especulação no jornal e em mais nenhum lugar”, afirma.

Rejeição

Cavalcanti também não acredita na possibilidade de o nome indicado por Dilma ser rejeitado pelo Senado, que possui a prerrogativa de sabatar e referendar o candidato escolhido pela presidente. “Temos total confiança no Senado, onde estão os políticos mais experientes do Brasil”, declarou. Nos corredores do Congresso, porém, circulam informações de que parlamentares atuam para impedir a recondução de Janot. Entre eles, o senador Fernando Collor (PTB-AL), um dos alvos de inquérito da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal.

Diante dessa possibilidade, os concorrentes do atual procurador-geral — os subprocuradores Carlos Frederico, Raquel Dodge e Mario Bonsaglia —, almejam o segundo lugar na preferência dos colegas na eleição de quarta-feira, para assumir posição de frente caso haja a rejeição de Janot pelo Senado. Cavalcanti cita, porém, o fato de o Senado nunca ter barrado a indicação de um procurador-geral, nem mesmo a de Antônio Fernando de Souza, autor da denúncia do mensalão. “Apesar de [a Lava Jato] ter uma extensão maior, o mensalão teve o ônus de ser inaugural”, diz.

CONTINUA

05 AGO 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CANDIDATOS

Lista tríplice de indicados ao cargo de procurador-geral da República será votada pelos 1.240 membros do Ministério Público Federal (MPF) nesta quarta-feira. Confira o perfil dos quatro candidatos:

RODRIGO JANOT

Apontado como favorito para encabeçar a lista, ele chefiou o MPF desde 2013. Ingressou na instituição em 1984, tornou-se procurador-regional da República em maio de 1993 e foi promovido a subprocurador-geral em outubro de 2003. Presidiu a ANPR (1995 a 1997), foi membro do Conselho Superior do MPF e secretário geral do MPF, de 2003 a 2005.

Felipe Sampaio /STF



MARIO BONSAGLIA

Coordena a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável por analisar o controle externo da atividade policial. Membro da instituição desde 1991, foi diretor da ANPR no biênio 1999-2001, procurador-regional eleitoral em São Paulo (2004 a 2008) e conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Antonio Cruz/ABr



CARLOS FREDERICO SANTOS

Integra a 7ª Câmara do MPF e foi recém-eleito para o Conselho Superior do Ministério Público. É procurador da República desde 1991 e atuou anteriormente como assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Amazonas e promotor de Justiça no mesmo estado. Também foi presidente da ANPR por dois mandatos, entre 1999 e 2003, e secretário-geral do MPF, de 2005 a 2010.

Antonio Cruz/ABr



RAQUEL DODGE

Integra a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que cuida de assuntos criminais. Foi responsável pela denúncia de 38 pessoas na Operação Caixa de Pandora, que apontou a existência de um mensalão do DEM, no Distrito Federal, no governo José Roberto Arruda.

Antonio Cruz/ABr



05 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

Três delatores vão devolver R\$ 247 mi para a Petrobras

Com novos acordos, força tarefa da Lava Jato deve ultrapassar a marca de um R\$ 1 bilhão recuperados

Valores serão devolvidos pelos lobistas Julio Faerman, Milton Pascowitch e seu irmão José Adolfo

MARIO CESAR CARVALHO
GRACILIANO ROCHA
DE SÃO PAULO

Três lobistas investigados pela Operação Lava Jato que fecharam acordo de delação premiada concordaram em devolver R\$ 247 milhões à Justiça. Posteriormente, o montante será repassado para a Petrobras, por se tratar de valores desviados em contratos com a estatal.

Com esses acordos, a Lava Jato deve ultrapassar a marca de um R\$ 1 bilhão recuperados — dos quais, R\$ 296 milhões já regressaram para o caixa da Petrobras.

Os R\$ 247 milhões serão devolvidos pelos lobistas Julio Faerman, Milton Pascowitch e seu irmão José Adolfo Pascowitch.

A maior devolução, de US\$ 54 milhões (R\$ 187 milhões), será feita por Faerman, que

representava os interesses da empresa holandesa SBM junto à Petrobras, fechou um acordo de delação em maio com procuradores do Rio de Janeiro e contou que pagou propina para obter contratos com a estatal.

Os US\$ 54 milhões são o segundo maior valor já recuperados nas investigações, só inferior aos US\$ 97 milhões (R\$ 336 milhões pelo câmbio de ontem) devolvidos pelo ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco.

O dinheiro que Faerman ganhou em contratos com a Petrobras estava escondido em contas na Suíça. Nesta quarta (5), o secretário de Cooperação Internacional Substituto da Procuradoria Geral da República, Carlos Bruno Ferreira da Silva, se reúne com procuradores suíços, em Lausanne, para acertar detalhes de como será feita a devolução.

A Petrobras estima que todos os contratos que fechou com a empresa holandesa somam US\$ 27 bilhões.

Já os irmãos Milton e José Adolfo aceitaram devolver R\$ 40 milhões e R\$ 20 milhões,

respectivamente.

Além de pagar a multa milionária, Milton ficará um ano em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica, e outro ano em regime aberto. Seu irmão terá de prestar serviços comunitários por dois anos.

A delação e os documentos entregues pelos irmãos Pascowitch foram usados pelos procuradores para pedir a prisão do ex-ministro José Dirceu, decretada pela Justiça nesta segunda (3).

Milton, que representava os interesses da Engevix junto a Dirceu e ao PT, disse que bancou reformas de uma casa e de um apartamento de Dirceu, que pagava o aluguel de aviões e chegou a comprar 50% de um jatinho para ele. Ele também contou que entregou R\$ 10 milhões para o PT em dinheiro vivo em 2010.

O advogado de Dirceu, Roberto Podval, diz que os pagamentos feitos por Milton eram referentes a consultorias que o ex-ministro prestou à Engevix.

Por meio de nota, o PT disse que só recebeu doações legais, por meio de transferências bancárias.

05 AGO 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Mero espectador

A velocidade das últimas fases da Operação Lava Jato e o ápice atingido com a nova prisão de José Dirceu causaram perplexidade no Palácio do Planalto. A equipe da articulação política de Dilma Rousseff relata dificuldade em lidar com uma crise política considerada “sem precedentes”. A constatação é que o principal agente — a Justiça Federal no Paraná — é “externo” e alheio aos recursos de que o governo normalmente dispõe para tentar conter danos à sua imagem.

Sem... O processo de cassação do registro de advogado de José Dirceu, que corre em sigilo, está pronto para ser julgado pelo Conselho da OAB em São Paulo.

...carteirinha Para que o ex-ministro perca a inscrição, dois terços dos 80 integrantes do conselho precisam aprovar a exclusão. O pedido foi apresentado à OAB em novembro do ano passado.

TJ SUSPENDE PROCESSO CONTRA PRIMO DE RICHÁ

Corte do Paraná atende a defesa de Luiz Abi Antoun, primo do governador tucano, que pediu que a ação fosse remetida a instância superior
» folha.com/no1664292

05 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

IMPROBIDADE

Políticos na Justiça

A 5.ª Promotoria de Justiça de Colombo ajuizou ação civil pública contra o ex-prefeito e a ex-secretária de Fazenda do município das gestões 2005-2008 e 2009-2012. O Ministério Público requer que os réus sejam obrigados a ressarcir quase R\$ 17 milhões, decorrentes de aplicações indevidas de valores da Colombo Previdência.

Segundo as investigações, os requeridos foram imprudentes e negligentes na gestão dos recursos do Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos de Colombo (Fapen), pois adquiriram títulos públicos por valores muito superiores aos adotados pelo mercado. Atualizado monetariamente, acrescido dos juros legais, o montante inicial, de R\$ 4,5 milhões, sobe a R\$ 16,9 milhões.

CONDENAÇÃO

A ação requer ainda a condenação de ambos por improbidade administrativa, o que pode lhes custar a suspensão de direitos políticos, o pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e a proibição de contratar com o poder público.

GAECO QUER VOLDEMORT

O Gaeco vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que suspendeu a ação penal da Operação Voldemort. O procurador de Justiça e coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, diz que o órgão não investigou a secretária de Administração e Previdência, Dinorah Nogara. A suposta investigação de Dinorah foi o argumento usado pela defesa de Luiz Abi Antoun pra pedir a suspensão do processo. Como secretária, Dinorah tem direito a foro privilegiado - no caso, o TJ e não a primeira instância.

ESQUEMA

Luiz Abi é o primo do governador Beto Richa (PSDB) acusado de comandar um esquema pra fraudar uma licitação de R\$ 1,5 milhão no Departamento de Transporte (Deto), órgão da Secretaria de Administração e Previdência. A oficina Providence foi contratada emergencialmente pra fazer a manutenção da frota de veículos do governo na região de Londrina. De acordo com o Gaeco, Abi é o verdadeiro dono da Providence.

INVESTIGAÇÃO

Batisti alega que não houve invasão de atribuições judiciais e que o Gaeco nem sequer chegou a pedir a investigação da secretária. "O juiz de 1.º grau [Juliano Nanuncio] não deferiu nenhuma medida contra a secretária. Isso quer dizer que a questão do crime ou do não crime sequer foi questionada neste momento das investigações."

VIOLAÇÃO

A defesa de Abi alega que a realização de busca e apreensão no Deto, autorizada pela 3.ª Vara Criminal de Londrina, teria sido uma "violação de competência" do Órgão Especial do TJ.

05 AGO 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

OLHOS DA CIDADE

Central reúne imagens de câmeras e vai monitorar presos com tornozeleiras

Lucas Sarzi
lucass@tribunadoparana.com.br

O governo do Estado reativou ontem, depois de mais de um ano, o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), legado da Copa do Mundo, como antecipado pela **Tribuna** na semana passada. A novidade é que os equipamentos também vão monitorar presos com tornozeleiras eletrônicas.

Uma empresa foi contratada para monitorar os presos com tornozeleiras. A parceira com as forças de segurança vai permitir que o preso consiga até mesmo pedir ajuda para troca de baterias, por exemplo.

Outra novidade será o bole-



Cada turno terá 30 analisando as mais de 2 mil câmeras.

tim de ocorrência da Polícia Militar, que será feito em tablet. “As informações vão gerar banco de dados online, que serão passadas para a Polícia Civil, que também fará o inquérito policial de maneira digital. Teremos um ganho com tempo de atendimento”, disse o secretário da Segurança Pública, Wagner Mesquita.

MONITORAMENTO

Cerca de 2 mil câmeras, instaladas em ruas, lojas, bares, restaurantes e casas noturnas

mandarão imagens que serão acompanhadas 24 horas por, pelo menos, 30 pessoas por turno. Nas ocorrências flagradas serão acionadas as polícias Civil e Militar ou a Guarda Municipal.

O CICC terá integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, guardas municipais de Curitiba e região, Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (Diep) e o Departamento de Execução Penal (Depen).

04 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Luiz Augusto Duk

Comemoração de direito

O Salão Azul do Clube Curitibano será palco do tradicional Jantar dos Advogados, promovido anualmente pela OAB Paraná para celebrar o Dia do Advogado - comemorado em 11 de agosto. O evento acontece no dia 14 de agosto, sexta-feira, a partir das 21h. Os convites já estão à venda na Tesouraria da Seccional e nas Salas do Advogado da Justiça do Trabalho do Fórum Cível I e II e do TJ-PR. Além da capital paranaense, outras 47 cidades onde a OAB possui subseções também irão celebrar a data.

04 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz bloqueia contas de José Dirceu e mais sete

Sérgio Moro determinou o bloqueio de até
R\$ 20 milhões nas contas do ex-
ministro e outros sete investigados na
17ª fase da Operação Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro determinou ontem o bloqueio de até R\$ 20 milhões nas contas do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e outros sete investigados na 17ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada nesta manhã. O bloqueio é preventivo e não significa que o valor está depositado nas contas dos investigados.

A decisão também atinge as contas do irmão do ex-ministro, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e da empresa JD consultoria, que era controlada por Dirceu. Ambos foram presos na operação. A medida tem objetivo de garantir ressarcimento aos cofres públicos, no caso de eventual condenação.

De acordo com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, Dirceu foi o criador e beneficiário do esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Lava Jato. Segundo os investigadores, Dirceu, na época em que era ministro da Casa Civil no governo Lula, nomeou Renato Duque para Diretoria de Serviços da estatal, quando foi iniciado o esquema de superfaturamento de contratos na estatal.

A defesa de Dirceu informou que irá se manifestar somente após ter acesso aos documentos que motivaram a prisão. Antes de ser preso, a Justiça Federal rejeitou dois pedidos de habeas corpus preventivo do ex-ministro. Na ocasião, o advogado Roberto Podval, que representa Dirceu, afirmou que a eventual prisão de seu cliente não se justificaria, pois ele está colaborando desde o momento em que passou a ser investigado na Lava Jato. A defesa alega que o ex-ministro é alvo de uma "sanha persecutória".

04 AGO 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Esquema de corrupção na Petrobras teria iniciado por José Dirceu, diz MPF

O ex-ministro José Dirceu, preso ontem, preventivamente, na 17ª fase da Operação Lava Jato é apontado, pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), como criador e beneficiário do esquema de corrupção na Petrobras. Segundo os investigadores, Dirceu, na época em que era ministro da Casa Civil, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nomeou Renato Duque para Diretoria de Serviços da estatal, onde foi iniciado o esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras.

“É evidente que José Dirceu tem um papel importante na indicação de pessoas para a Petrobras. Creio que chegamos a um dos líderes principais, que instituiu o esquema Petrobras e que, durante o período como ministro, aceitou que o esquema existisse e se beneficiou do esquema também”, disse o procurador federal Carlos Fernando Lima.

Segundo ele, Dirceu recebia pagamentos do esquema desde a época em que foi ministro. “José Dirceu foi beneficiário. Queremos mostrar que ele e Fernando Moura [outro preso hoje] foram os agentes responsáveis pela instituição do esquema Petrobras desde o tempo do governo Lula. Desde aquela época [da Casa Civil], passando pelo mensalão, pela condenação [pelo Supremo Tribunal Federal], pelo período em que ele ficou na prisão. Sempre com pagamentos. Esses são os motivos com os quais estão baseadas a prisão”, explicou Fernando Lima.

Ao lado de Dirceu, Fernando Moura é apontado pela força-tarefa da Lava Jato como um dos principais “líderes” do esquema de corrupção. Foi ele quem levou o nome de Renato Duque a José Dirceu.

De acordo com Fernando Lima, a prisão de Dirceu foi decretada porque, apesar de cumprir prisão domiciliar – em decorrência da condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão –, ele continuava agindo e recebendo recursos. Além disso, acrescentou o procurador, o irmão de Dirceu, também preso hoje, esteve em várias empresas investigadas fazendo cobrança de pagamento.

Segundo o delegado da Polícia Federal Igor Romário de Paula, a 17ª fase da Lava Jato tem como “essência” a corrupção. Ela abrange, além das empreiteiras já investigadas, empresas de prestação de serviços de limpeza e informática para a Petrobras.